

Estudo Epistemológico da Produção Científica sobre as Perspectivas Contábil e Econômica do Capital Intelectual Realizada no Brasil

Autoria: Alessandra Vasconcelos Gallon, Sabrina do Nascimento, Sandra Rolim Ensslin, Donizete Reina

RESUMO

A pesquisa sobre Capital Intelectual (CI) caracteriza-se por uma variedade de visões e interpretações, uma vez que ainda não se desenvolveram escolas dominantes de pensamento. No contexto internacional, Marr (2005) aponta nove perspectivas a partir das quais o CI é examinado. Entretanto, no Brasil, verifica-se que noções de várias perspectivas transitam paralelamente em um mesmo trabalho. Assim, com este artigo objetiva-se realizar um estudo epistemológico da produção científica sobre as Perspectivas Contábil (PC) e Econômica (PE) do CI, desde 1994, por meio de um estudo bibliométrico e de um mapeamento dos artigos publicados em periódicos nacionais, classificados pelo *Qualis/CAPES*. Esta pesquisa, do tipo exploratória e descritiva, revisou 54 artigos, sendo 16 da PC e 38 da PE. Note-se que o trabalho investiga o CI a partir do conhecimento gerado pelo tema em publicações científicas, fato que explica sua base epistemológica. Dentre os principais resultados, destacam-se: (i) a existência de mais artigos devotados a reflexões teóricas, tanto na PC quanto na PE; (ii) o conhecimento sobre CI entre os pesquisadores brasileiros e os internacionais, na PC encontra-se em estágio diferente e na PE encontra-se alinhado; e (iii) a afiliação teórica que informa os pesquisadores brasileiros apresenta uma menor dispersão conceitual na PC do que na PE.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o Capital Intelectual (CI), que integra o *rol* dos ativos de natureza intangível, pode ser caracterizada por uma variedade de visões e interpretações, uma vez que ainda não se desenvolveram escolas dominantes de pensamento, o que teria o resultado positivo de possibilitar uma linguagem comum entre os pesquisadores (KAUFMANN; SCHNEIDER, 2004). Assim, há pouco consenso e muita confusão relacionados à terminologia utilizada para se referir a esses recursos e à definição do conceito de CI. Tal fato pode ser explicado pelo caráter multidisciplinar da área de CI. A argumentação em favor do caráter multifacetado do CI é motivada por questões do seguinte tipo: Qual a explicação científica sobre como o CI, incorporado nas pessoas, nos processos internos e no relacionamento externo é transformado em vantagens competitivas? Como o CI pode causar forte impacto na efetividade da criação de valor da empresa? Por que o CI permanece sub-explorado em alguns contextos organizacionais? A presente pesquisa assume que a busca por resposta a essas perguntas deve invocar múltiplas disciplinas para contemplar as complexas funções de negócios, sob o viés do CI.

No contexto internacional, Marr (2005) aponta nove perspectivas a partir das quais o CI é examinado – economia, estratégia, contabilidade, finanças, evidenciação, *marketing*, gestão de recursos humanos, sistemas de informação e direito – e sugere a investigação e o mapeamento das diferentes perspectivas disciplinares, com vistas a se proceder a um levantamento dessas diferentes linhas de pensamento. Entretanto, no contexto brasileiro, verificam-se trabalhos que exploram o CI sob as diversas perspectivas sem que haja um estabelecimento da afiliação teórica, de tal forma a definir a linha de pensamento subjacente ao trabalho. Nesse sentido, noções de várias perspectivas transitam paralelamente em um mesmo trabalho, o que pode vir por dificultar o entendimento da mensagem ao leitor.

Assim, argumenta-se a necessidade de se investigar e mapear as diferentes perspectivas das pesquisas que, no contexto brasileiro, lançam o olhar para o CI, conforme manifestadas no conjunto de artigos selecionados para o presente estudo. Assim, emergem as perguntas de pesquisa que orientam este trabalho: Quais as características da produção científica sobre as Perspectivas Contábil e Econômica do Capital Intelectual no Brasil? O que

tem sido explorado/tratado nessas abordagens no contexto nacional? A partir desses questionamentos, com este artigo objetiva-se realizar um estudo epistemológico da produção científica sobre as Perspectivas Contábil (PC) e Econômica (PE) do CI – desde o aparecimento do tema em 1994 – a partir de um estudo bibliométrico e de um mapeamento dos artigos publicados em periódicos nacionais, classificados pelo *Qualis/CAPES*.

Para a consecução do objetivo proposto, têm-se como objetivos específicos: (i) levantar as características da produção científica; (ii) traçar o perfil dos pesquisadores e do vínculo institucional dos mesmos; (iii) conhecer o perfil das referências utilizadas nos artigos selecionados; (iv) identificar as definições de CI, o foco (objetivo) e as indagações suscitadas nos artigos; (v) verificar a evolução do tema ao longo do período analisado, os principais resultados e as limitações manifestadas nas pesquisas; e, (vi) conhecer as novas tendências da área e as recomendações sugeridas nos estudos. Para tanto, as técnicas de pesquisa utilizadas no estudo epistemológico da produção científica sobre as PC e PE do CI são a bibliometria e a análise de conteúdo.

Do exposto, observe-se que este trabalho investiga o ‘conhecimento’ sobre CI a partir das pesquisas sobre o tema publicadas em importantes fóruns nacionais. Sendo assim, a questão epistemológica perpassa a discussão sobre CI nos vários trabalhos e pretende apresentar o estado em que se encontra o conhecimento/entendimento dos pesquisadores brasileiros sobre a PC e a PE do CI, bem como desvendar as características metodológicas (dados demográficos) das pesquisas em cada uma das perspectivas.

2 CAPITAL INTELECTUAL: A EPISTEMOLOGIA E O OLHAR DA PERSPECTIVA CONTÁBIL E ECONÔMICA

A palavra epistemologia é derivada das palavras gregas *episteme* (conhecimento) e *logos* (teoria). No sentido amplo da palavra, Japiassu (1992, p. 16-17) conceitua epistemologia como o “estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e seus produtos intelectuais”. Para Martins (1994, p. 13) a epistemologia “trata de uma disciplina cuja função essencial consiste em submeter a prática dos cientistas a uma reflexão, tendo como objetivo a investigação científica, em seu processo de gênese, de formação e de progressiva estruturação.” Segundo von Krogh e Roos (1995), a epistemologia trata do entendimento da origem, natureza e validade do conhecimento; ela procura fornecer o conhecimento sobre o conhecimento. Portanto, a epistemologia trata da análise sobre o que significa o termo conhecimento em si.

Nesse contexto Martins (1996, p. 1) afirma que “não há mais dúvidas de que o conhecimento deve ser considerado como um processo e não como um dado adquirido uma vez por todas.” E nessa perspectiva, “a epistemologia tem como objeto de estudo o processo de produção do conhecimento científico” (SOUZA, 2005, p. 30). Por procurar inspecionar as produções científicas os estudos epistemológicos entram, conforme Castro (1977), no cerne da epistemologia da ciência que tem um caráter intracientífico, isto é, que representa um pólo do processo intrínseco à produção científica. Em outras palavras, Souza (2005, p. 30) explicita que a “epistemologia é um ramo da filosofia que estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento produzido pelo homem”.

Do exposto, conjectura-se que por meio de uma investigação epistemológica das produções científicas sobre CI poderão ser explicitadas as estratégias metodológicas desses trabalhos, o perfil dos pesquisadores da área e as fontes de referências que apoiaram seus desenvolvimentos, bem como desveladas as definições sobre o assunto conforme os autores, o foco, indagações e limitações, a evolução do tema, resultados e novas tendências que organizam o campo específico de atuação do CI. Uma vez que este artigo busca analisar o conhecimento do CI sob a PC e a PE, faz-se necessário apresentar o conhecimento que informa ambas as perspectivas.

Na PC, o objetivo de uma demonstração financeira é fornecer informação relevante para a tomada de decisões econômicas sobre a posição financeira e o desempenho da empresa, conforme consta no Comitê de Normas de Contabilidade Financeira (FASB, 1978), na Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS 1, par. 34) e no modelo do Comitê Internacional de Normas de Contabilidade (IASB) para a preparação e apresentação de declarações financeiras (IASB, Comitê Internacional de Normas de Contabilidade, 1989 par. 12). Acredita-se que investimentos em intangíveis sejam fontes importantes para o desempenho futuro, mas regras contábeis rigorosas de reconhecimento de bens fazem com que a maioria dos bens intangíveis, desenvolvidos internamente, não possam ser incluídos nos balanços patrimoniais.

Stolowy e Jeny-Cazavan (2001) argumentam que a maioria das regulamentações oferece uma definição conceitual geral dos intangíveis, que é acompanhada de uma lista de itens ou categorias de bens intangíveis. As organizações contábeis, em sua maioria, incluem em suas definições de intangíveis: a promessa de benefícios futuros, a falta de substância física e a natureza não-monetária. A Norma Contábil Internacional (IAS 38) especifica que a empresa pode reconhecer um bem apenas se ele for identificável, controlado e se houver a probabilidade de que benefícios futuros especificamente atribuídos ao bem sejam gerados para o empreendimento. Uma outra especificação é que os custos possam ser medidos de maneira confiável. Esses critérios de reconhecimento se aplicam tanto aos bens adquiridos quanto aos desenvolvidos pela própria empresa. Se algum bem intangível não satisfizer esses critérios, a IAS 38 exige que tal item seja tratado como custo. A incerteza com relação aos benefícios futuros dos intangíveis, sua singularidade em certas ocasiões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999) e a importância da confiabilidade sobre a relevância em sistemas contábeis atuais reduzem a lista de itens reconhecidos como bens intangíveis. Apesar da grande lista de recursos intangíveis relevantes para as organizações, as categorias reconhecidas como bens na área de contabilidade referem-se principalmente a intangíveis adquiridos (não gerados internamente): fundo de comércio, pesquisa e desenvolvimento e outros intangíveis identificáveis, tais como patentes, *software*, licenças, direitos de reprodução ou marcas. Ou seja, bens intangíveis identificáveis podem ser declarados individualmente, os bens não identificáveis não podem.

Na Perspectiva Econômica (PE), a inclusão do conhecimento como um fator no estudo do crescimento econômico moderno foi aperfeiçoado pelos estudiosos do período pós-Segunda Guerra Mundial, que investigaram as fontes de aperfeiçoamento da produtividade na economia americana. Apesar de os economistas clássicos reconhecerem a importância dada aos intangíveis como o principal direcionador do crescimento econômico, tanto na teoria econômica quanto na teoria de crescimento, os estudos têm sido desenvolvidos bem lentamente, e apenas a partir de 1959 (MARR, 2005). Por sua vez, a análise microeconômica tem estado à frente da macroeconomia em relação ao estudo do CI. Estudos microeconômicos focam em questões relacionadas à criação e manutenção da vantagem competitiva em organizações. Assim, as questões relacionadas à aprendizagem e aos intangíveis tornaram-se particularmente evidentes, em contraste com o entendimento de aprendizagem na teoria neoclássica, que se referia, principalmente, aos ganhos de produtividade no capital humano.

Questões sobre a aprendizagem (organizacional) são fundamentais para a recente economia de CI (Teece; Boerner; Macher, 2001 *apud* AUGIER; TEECE, 2005). A aprendizagem permite que as empresas modifiquem e desenvolvam novas tecnologias, estruturas, e práticas operacionais em face das condições econômicas variáveis. Também permite a criação de ativos intangíveis como base para a criação de vantagens competitivas sustentáveis. Cada vez mais, os pesquisadores reconheceram que o conhecimento está freqüentemente embutido nos processos e “rotinas” das empresas. Como Nelson e Winter (1982, p. 106) afirmam, “as habilidades, a organização e a “tecnologia” estão interligados em

uma rotina de funcionamento e é difícil dizer exatamente onde um aspecto termina e outro começa”. Isso sugere que a “co-especialização” dos “ativos complementares” (TEECE, 1986) e das atividades não se refere apenas aos ativos físicos, mas também envolve a interconexão e a ligação próxima entre os ativos físicos e o conhecimento. Nessa perspectiva, os ativos de conhecimento - uma classe de ativos intangíveis - possuem aspectos referenciados pelos economistas como bens públicos: o seu consumo por um indivíduo não reduz a quantidade deixada para outro; isso é especialmente verdadeiro no caso do conhecimento científico.

Como palavras finais, conforme Souza (2005), a produção científica se relaciona com os procedimentos que envolvem e respaldam o processo investigativo, quando demonstra preocupação com as abordagens metodológicas e com as diversas maneiras de interpretar a realidade; como também denota atenção com as várias formas de construção do objeto científico. Nesse sentido, a diversidade de perspectivas sobre o CI, as abordagens metodológicas empreendidas e as variadas estratégias, técnicas e instrumentos utilizados nas pesquisas sobre o assunto justificam estudos epistemológicos, como o que se apresenta.

3 MATERIAL

Como esta pesquisa utiliza a análise documental (documentos publicados em forma de artigos científicos), os materiais avaliados são os periódicos de Administração, Ciências Contábeis e Turismo com classificação Nacional (A, B e C) pelo *Qualis/CAPES*, no triênio 2007/2009. A seleção da amostra dos periódicos parte da premissa de que estes se configuram como importantes veículos de disseminação da pesquisa na área contábil-administrativa, por se tratar de revistas com significativo índice de impacto (conforme entendimento vigente da CAPES). Assim, diante da amostra selecionada, a pesquisa restringe a investigação aos fóruns reconhecidos, especificamente na área contábil-administrativa, que apresentam pesquisas sobre CI, com abordagem contábil e econômica.

A pesquisa abrangeu todas as publicações reunidas nos periódicos nacionais pela classificação *Qualis/CAPES* relacionados às PC e PE do CI, desde 1994, quando surge maior preocupação pelo tema no contexto organizacional, e o consequente interesse acadêmico.

Os artigos dos periódicos foram obtidos por meio da busca eletrônica, especialmente por meio da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); nos casos de indisponibilidade dos textos integrais na *internet*, os mesmos foram obtidos nos periódicos impressos.

O critério utilizado para a seleção dos artigos foi baseado na ocorrência das terminologias empregadas para identificar o CI, conforme localizado no título e/ou no resumo dos artigos. Quanto às terminologias utilizadas para identificar os artigos enquadrados na PC, encontra-se recorrência dos termos: tratamento contábil, linguagem contábil, *goodwill*, mensuração, contabilização, evidenciação contábil, demonstrações contábeis, contabilidade, *intangibles accounting* e *accountancy practices*. Quanto às terminologias utilizadas para identificar os artigos enquadrados na PE, encontra-se recorrência dos termos: avaliação, indicadores para avaliação, otimização, controle gerencial, gestão, competências gerenciais, gestão do conhecimento, gerência do conhecimento, apropriação econômica e valor econômico. Ressalta-se que, para garantir maior confiabilidade das inferências deste estudo, os procedimentos adotados incluíram, inicialmente, a análise por um dos pesquisadores e posterior checagem por outros dois pesquisadores, separadamente. Entretanto, como qualquer outro critério de classificação, está sujeito à subjetividade.

Foram identificados 54 artigos sobre CI no período de análise, sendo 16 da PC e 38 da PE, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Número de artigos selecionados

Periódicos	Perspectiva Contábil	Perspectiva Econômica	Total
Revista Eletrônica de Administração (REAd)	-	12	12
Revista Contabilidade & Finanças (RC&F)	4	1	5
Revista de Administração Contemporânea (RAC)	-	3	3
Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE)	2	1	3
Revista de Administração Mackenzie (RAM)	-	2	2
Revista de Administração da USP (RAUSP)	1	-	1
Revista de Administração de Empresas (RAE)	-	1	1
Revista de Administração de Empresas Eletrônica (RAE-elet.)	-	1	1
Revista de Economia e Administração	-	1	1
Revista Redes	-	1	1
Gestão & Produção	-	1	1
Revista Psicologia Ciência e Profissão	-	1	1
Total NA	7	25	32
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	-	3	3
Caderno de Pesquisas em Administração (USP)	-	2	2
Contabilidade Vista e Revista	2	-	2
Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (GESTÃO.Org)	-	2	2
Revista Brasileira de Inovação	-	2	2
Revista Produção <i>Online</i>	1	1	2
Revista Universo Contábil	-	1	1
Revista de Economia Contemporânea	-	1	1
Total NB	3	12	15
Pensar Contábil	4	-	4
Revista ANGRAD	1	1	2
<i>Journal of Small Business and Enterprise Development</i>	1	-	1
Total NC	6	1	7
TOTAL GERAL	16	38	54

Nota-se que a REAd foi a fonte que mais publicou artigos sobre CI, sob a PE, e as RC&F (USP) e Pensar Contábil (CRC-RJ), sob a PC. Torna-se importante, ainda, ressaltar que apesar deste estudo abranger o período de 1994 a 2007, as duas primeiras pesquisas publicadas sobre o CI nas perspectivas analisadas foram: ‘Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do *goodwill* e do ativo intelectual’, de Almeida e Hajj (1997), no Caderno de Estudos/FIPECAFI, antiga RC&F (USP), e ‘Desmistificando o Capital Intelectual na Contabilidade’, de Santos (1999), na Revista Pensar Contábil (CRC-RJ).

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Quanto à metodologia, esse estudo caracteriza-se como descritivo-exploratório. Descritivo, por apresentar os indicadores das publicações científicas da área de CI com enfoque contábil e econômico; exploratório, por buscar conhecer o estado em que se encontram as pesquisas, o que levará à construção de um panorama sobre estas perspectivas. Para a consecução do objetivo proposto, as técnicas de pesquisa utilizadas são a bibliometria e a análise de conteúdo. A bibliometria, para Macias-Chapula (1998, p. 134), “é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada”. A análise de conteúdo, utilizada para o mapeamento dos artigos, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter indicadores que permitam a geração de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (BARDIN, 2004).

Com o intuito de se conhecer alguns dados demográficos dos estudos sobre CI, na etapa do estudo bibliométrico (predominantemente quantitativa), as pesquisas sobre as PC e PE foram separadas e os seguintes procedimentos metodológicos em cada uma das três etapas de análise foram adotados: (1) Na apresentação das características da produção científica em CI, verificou-se a natureza do estudo, considerado teórico (conceitual, ilustrativo ou

conceitual aplicado) ou prático (estudo de caso, pesquisa *survey* ou estudo experimental); a abordagem metodológica levou em conta a dimensão qualitativa, a quantitativa e a qualitativa-quantitativa; a fonte de coleta dos dados considerou dados primários, secundários ou ambos; a esfera do estudo foi definida entre privada, pública ou ambas e a nacionalidade considerada foi a brasileira, a internacional, ou ambas, em relação às empresas pesquisadas e ao número de autores por artigo; (2) Na caracterização dos autores mais prolíficos na área de CI verificou-se: os autores mais prolíficos e sua afiliação institucional, a IES com maior número de publicações, e a unidade da federação (UF) com maior vínculo dos autores. Justifica-se a escolha da plataforma *Lattes* (www.lattes.cnpq.br) como fonte de dados sobre os autores (UF, IES e departamento de vínculo) pelo fato de esse banco de dados disponibilizar as informações curriculares dos pesquisadores de forma padronizada. Entretanto, vale ressaltar que a base de dados escolhida apresenta limitações, uma vez que as informações disponíveis são preenchidas pelos próprios autores e não são passíveis de comprovação; e (3) No levantamento das fontes de referência utilizadas nas publicações sobre CI verificou-se: as obras e os autores mais citados nos periódicos, nos eventos nacionais e internacionais, e nas teses e dissertações. Para tal, foram levadas em conta as seguintes etapas: foram verificadas as referências da área de CI utilizadas para a elaboração dos 54 artigos selecionados, onde foram identificadas 553 referências (176 nos artigos da PC e 377 da PE), sendo essas categorizadas em livros, artigos de periódicos, artigos de eventos, teses e dissertações ou outros; na sequência, as referências à artigos de periódicos e de eventos foram dispostas de acordo com a classificação do *Qualis/CAPES* e outros sem classificação; e, as referências às teses e dissertações foram dispostas conforme a IES e o departamento aos quais foram apresentadas.

Na etapa do mapeamento, predominantemente qualitativa, os 54 artigos selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo detalhada. Ao longo do processo de leitura e interpretação dos artigos, foram identificados alguns focos importantes de análise. Esses focos serviram de base para a elaboração de uma ficha padronizada, para a análise de conteúdo individual de cada artigo. A ficha padronizada contemplou os seguintes tópicos de busca: definições de CI; o foco (objetivo); indagações suscitadas; evolução do tema ao longo do período analisado; principais resultados; limitações manifestadas; e, novas tendências da área e recomendações sugeridas.

Cumprir esclarecer alguns pontos importantes sobre a etapa do mapeamento: (i) nem todos os artigos se prestaram a fornecer todas as informações referentes aos itens listados na ficha padronizada; e, (ii) como, até o momento, não foi identificado nenhum levantamento de tal natureza sobre CI, no contexto brasileiro, os enfoques e categorias foram elaborados pelos autores desta pesquisa, com o intuito de dar conhecimento ao que tem sido pesquisado sobre o tema; apesar de se tratar de um *survey*, principal limitação desta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se os resultados do estudo bibliométrico e do mapeamento das pesquisas, em cada uma das perspectivas analisadas.

5.1 Estudo Bibliométrico

Os resultados da bibliometria, obtidos pelo levantamento dos dados demográficos, na PC e na PE, são analisados, segundo os aspectos apontados na seção 4.

a) Características da produção científica

Quanto à natureza dos estudos, verifica-se que os artigos da PC são especialmente teóricos (60%), predominantemente ilustrativos (100%); já os da PE apresentam uniformidade entre os estudos teóricos (50%) e práticos (50%). Os estudos teóricos são do tipo conceitual aplicado (58%) e ilustrativo (42%), e nos estudos práticos, a predominância recai no estudo de caso, único ou múltiplo (84%), seguido pelo *survey*.

No que se refere à abordagem metodológica e à fonte de coleta de dados utilizada nas pesquisas sobre CI, observa-se que os artigos da PC foram desenvolvidos especialmente com abordagem quantitativa (50%), e que há equilíbrio entre a utilização não simultânea de fontes primárias e secundárias (demonstrações e outros relatórios contábeis); já na PE, a abordagem é predominantemente qualitativa (53%), sendo os estudos realizados com fontes primárias (68%), basicamente por meio de entrevistas e questionários.

Tanto na PC quanto na PE, nota-se que os estudos, em sua maioria, foram aplicados a amostras consistindo de empresas públicas e privadas; entretanto, na PC, há equilíbrio entre a procedência nacional (50%) e internacional (50%) (Polônia, Portugal e Reino Unido) e na PE, todos os estudos foram aplicados em empresas nacionais.

Sobre a quantidade de autores por artigo, percebe-se que a maior parte dos artigos, tanto da PC como da PE, foi desenvolvida por 2 autores; entretanto, no caso da PC, esta foi seguida por 3 autores e na PE, por apenas 1 autor.

Do exposto, ressalta-se o enfoque epistemológico deste estudo, uma vez que relaciona a pesquisa científica em CI com os procedimentos que envolvem e respaldam o processo investigativo e demonstra preocupação com as abordagens metodológicas (SOUZA, 2005).

b) Perfil dos pesquisadores

A Tabela 2 apresenta um *ranking* dos autores mais prolíficos em cada uma das perspectivas de CI analisadas.

Tabela 2 – Ranking dos autores mais prolíficos

<i>Ranking</i>	Nº de Publicações	Autores com maior produção	Vínculo institucional
PERSPECTIVA CONTÁBIL			
1º	3	Ilse Maria Beuren	FURB
2º	2	Eliseu Martins Maria Thereza Pompa Antunes Romualdo Douglas Colauto	USP Mackenzie UFMG
PERSPECTIVA ECONÔMICA			
1º	3	Maria Thereza Pompa Antunes Eduardo Kazuo Kayo Herbert Kimura	Mackenzie Mackenzie Mackenzie
2º	2	Feruccio Bilich Mirian Oliveira Ricardo DaSilva	UNB PUC/RS CNPq

Verifica-se que a autora Ilse Maria Beuren (FURB) se revela como a mais prolífica da PC; os autores Eduardo Kazuo Kayo, Herbert Kimura e Maria Thereza Pompa Antunes apresentam maior produção na PE. Observe-se que a autora Antunes (Mackenzie) é a única que se classifica no *ranking* das duas perspectivas. Ressalta-se as parcerias firmadas, inclusive interinstitucionais, entre estes autores, entre as quais citam-se: Beuren (FURB) e Colauto (UFMG); Martins (USP) e Antunes (Mackenzie); e Bilich (UnB) e DaSilva (CNPq).

A Tabela 3 expõe o *ranking* das IES considerando todos os autores com artigos publicados no material analisado.

Tabela 3 – Ranking das IES de vínculo dos pesquisadores

Ranking	IES de vínculo dos pesquisadores	Nº de Publicações
PERSPECTIVA CONTÁBIL		
1º	Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP	5
2º	University of Plymouth/UK	4
3º	Universidade de São Paulo/SP	3
	Universidade Regional de Blumenau/SC	
PERSPECTIVA ECONÔMICA		
1º	Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP	14
2º	Universidade de São Paulo/SP	6
3º	Universidade de Brasília/DF	5
4º	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS	4
5º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS	3
	Universidade Federal de Santa Catarina/SC	

Observa-se que a IES com o maior número de publicações sobre CI é a Mackenzie/SP, independente da perspectiva analisada. É bem provável que isso esteja associado à existência da linha de pesquisa ou área de concentração Finanças Estratégicas do Programa de Pós-Graduação em Administração da instituição, o qual possui o tema específico Gestão e avaliação de ativos intangíveis. Ressalta-se, ainda, que os autores da área contábil estão vinculados principalmente aos departamentos de Ciências Contábeis (16) e Administração (12); já na área econômica, verifica-se a predominância de autores vinculados à Administração (46), seguido da Engenharia de Produção (6).

Quanto às unidades da federação (UFs) de vínculo dos autores, constata-se o potencial de São Paulo, independente da perspectiva estudada, seguido de outros Estados, entre eles Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina, possivelmente porque essas UFs, notadamente proeminentes, possuem cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração e em Contabilidade.

c) Perfil das referências utilizadas

O Quadro 1 apresenta as obras mais citadas nos artigos analisados em cada uma das perspectivas, de acordo com a frequência (Freq.).

Freq.	Ano	Obra	Autor (es)
PERSPECTIVA CONTÁBIL			
9	1972	Contribuição à avaliação do ativo intangível	Eliseu Martins
8	1996	Capital intelectual	Annie Brooking
7	1998	Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas	Thomas A. Stewart
	1997 1998	Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos (versão em inglês e/ou português)	Leif Edvinsson e Michael S. Malone
6	2000	Capital intelectual	Maria Thereza P. Antunes
PERSPECTIVA ECONÔMICA			
12	1997 1998	Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos (versão em inglês e/ou português)	Leif Edvinsson e Michael S. Malone
8	1995	<i>The knowledge-creating company</i>	Ikujiro Nonaka Hirotaka Takeuchi
6	1998	Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual	T. H. Davenport e Laurence Prusak
	1998	A nova riqueza das organizações	Karl Erick Sveiby

Quadro 1 – Obras mais citadas

Verifica-se que a tese de doutoramento de Martins (1972) e o livro de Edvinsson e Malone (1997 – versão em inglês e 1998 – versão em português) foram as obras mais citadas,

na PC e na PE, respectivamente. Destacam-se os estudos clássicos desenvolvidos por Brooking (1996), Stewart (1998) e Sveiby (1998). Observe-se, entretanto, a influência e/ou responsabilidade da ausência de se separar os trabalhos segundo o olhar sobre o qual o CI é investigado. Por exemplo, as obras de Brooking (1996) e Stewart (1998) exploram o CI sob uma PE e estratégica e não sob uma PC; como os autores as utilizaram, entretanto elas foram consideradas. Sendo assim, o estudo estabelecido da noção de CI na perspectiva sobre a qual é utilizada torna-se essencial.

Paralelamente à análise das obras mais citadas, efetuou-se um exame acerca das fontes de referência sobre CI, nas PC e PE, no qual foi possível constatar a utilização de 176 referências na produção dos 16 artigos e a utilização de 377 referências na produção dos 38 artigos analisados, respectivamente. Independentemente da perspectiva, os livros configuram-se como a fonte mais utilizada, sendo 49% para a PC e 47% para a PE. Na seqüência, os periódicos foram às fontes mais utilizadas: 20% para PC e 36% na PE. Os artigos publicados em eventos, teses e dissertações são responsáveis por 22% das fontes na PC e 11% na PE. Diferentemente do esperado pelos autores, verifica-se que a maioria dos artigos publicados em periódicos, citados como referência, independentemente da perspectiva analisada – 53% para a PC e 57% para a PE – foi publicada em periódicos internacionais não classificados pelo *Qualis/CAPES*, por exemplo, *Journal of Accounting, Auditing and Finance* e *American Economic Review*, seguido, na PC, pelos periódicos Nacionais sem classificação (14%) e na PE, pelos periódicos Internacionais B (17%). No caso da PC, observa-se que a maioria dos artigos publicados em eventos utilizados como referência foi publicada em eventos não classificados pelo *Qualis/CAPES*, evidenciando que o tema estudado também é foco de discussão em congressos e seminários ainda sem qualificação – o que talvez se dê pelo fato de o CI configurar-se como um tema emergente. Na PE, os mais citados foram publicados em eventos Internacionais A. Assim, constata-se que independentemente de periódico ou evento, a maioria dos artigos referenciados foram publicados em fóruns internacionais, possivelmente pela maior disseminação do tema no contexto internacional.

Com relação às teses e dissertações utilizadas como referência pelos artigos analisados, nota-se que independente da perspectiva analisada, as teses e dissertações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo (FEA/USP) foram as mais empregadas como referência. Fato esperado pelos autores desta pesquisa, já que o Programa de Pós-Graduação (doutorado) em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP era o único com teses defendidas no período, e sendo apenas as PC e PE estudadas, era de se esperar que a FEA/USP fosse a mais citada.

5.2 Mapeamento

No mapeamento da produção científica sobre CI com ênfase nas perspectivas analisadas, foram realizadas análises de conteúdo orientadas por uma ficha padronizada para anotações e registros das dimensões epistemológicas consideradas nesta pesquisa. Os resultados do mapeamento, obtidos por meio da análise de conteúdo dos artigos em cada uma das perspectivas, segundo os aspectos apontados na seção 4, são apresentados a seguir.

Na análise dos artigos sobre CI que fazem evidência à PC do assunto, percebe-se a existência de um alinhamento, entre os autores, no que diz respeito aos fundamentos que devem compor uma definição do CI. Nessa perspectiva, o CI é visto como um dos elementos do grupo dos ativos intangíveis (AIs), considerado como um recurso com potencialidade de geração de benefícios futuros (SANTOS; SCHMIDT, 2004; COLAUTO; BEUREN; MEDINA, 2005; COLAUTO; BEUREN, 2005; PEREZ; FAMÁ, 2006; ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b). Barros (2007) lembra que este recurso é obtido exclusivamente dos seres humanos que desenvolvem seu potencial, gerando conhecimento e inovando os objetivos das organizações, transformados em benefícios para as organizações e seus acionistas e proprietários. Patrocínio, Kayo e Kimura (2007), por sua vez,

destacam a capacidade dos AIs de geração de riqueza no futuro que, em última análise, pode ser avaliada pelo fluxo de caixa descontado; já que eles geram uma expectativa positiva de fluxo de caixa futuro (COLAUTO; BEUREN; MEDINA, 2005). Alguns afirmam que o CI é parte integrante do *goodwill* (ALMEIDA; HAJJ, 1997; ANTUNES; MARTINS, 2002; COLAUTO; BEUREN, 2005; COLAUTO; BEUREN; MEDINA, 2005; CAVALCANTE; CALDAS NETO; ANDRADE, 2006), conceito complexo que há muito tempo é conhecido e estudado pela Contabilidade; outros, entretanto ressaltam que o CI – principal agente transformador dos bens e serviços no contexto atual – ainda é pouco estudado e discutido pela Contabilidade (OLIVEIRA; BEUREN, 2003). Por fim, em linhas gerais, o CI é tratado no enfoque contábil com um dos responsáveis pelo contraste entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas (ANTUNES; MARTINS, 2002; SÁ, 2003; OLIVEIRA; BEUREN, 2003; REIS, 2005; PEREZ; FAMÁ, 2006; PATROCÍNIO; KAYO; KIMURA, 2007; FERREIRA; SARMENTO; FIJALKOWSKA, 2007; BARROS, 2007). A partir da evidência do CI na PC, pode-se sugerir a seguinte definição: **o CI faz parte do grupo dos AIs, pois apresenta potencialidade de geração de benefícios futuros, representando todo, ou quase todo o *goodwill* da empresa, sendo portanto um dos principais motivos para explicar a diferença entre o valor contábil (valor patrimonial) e o valor de mercado das empresas.** Torna-se importante ressaltar que: (i) praticamente todas as pesquisas enquadradas neste estudo na PC, efetivamente adotam e trabalham, na investigação, com esta afiliação teórica; e (ii) o conhecimento sobre CI na PC entre os pesquisadores brasileiros e os internacionais (que informaram a literatura apresentada na seção 2) encontram-se em estágio diferentes.

Nos artigos voltados à PE, as definições de CI próprias dos autores, tratam o CI como um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às empresas, destacando sua importante característica econômica (ANTUNES; MARTINS, 2002; REIS, 2005; ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b; PATROCÍNIO; KAYO; KIMURA, 2007). Muitos autores destacam que os AIs, como por exemplo o CI, estão se transformando num dos principais fatores de vantagem competitiva para as empresas (OLIVEIRA; BEUREN, 2003; KAYO *et al.*, 2006a; KAYO *et al.*, 2006b; FURLANETTO; OLIVEIRA, 2006; ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b), porque, como comentam Perez e Famá (2006), esses são ativos singulares, cujas características únicas poderiam permitir a diferenciação entre elas. Para que haja o desenvolvimento e acúmulo do CI, os autores dos artigos com enfoque econômico advertem para a necessidade da sinergia entre as pessoas (detentoras do conhecimento) e o ambiente organizacional (ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b), destacando que as organizações podem obter vantagens competitivas por meio de uma gestão voltada para o conhecimento (GONÇALVES FILHO; GONÇALVES, 2001; BARBOSA; GOMES, 2002; SABBADINI; FERREIRA FILHO, 2006; FURLANETTO; OLIVEIRA, 2006; COLAUTO; BEUREN, 2006; GOLDONI; OLIVEIRA, 2007; GALAS; BARROS; IPIRANGA, 2007). A partir da evidência do CI na PE, pode-se sugerir a seguinte definição: **o CI por meio do conhecimento e da aprendizagem organizacional é capaz de promover a criação de valor organizacional e conseqüente vantagem competitiva o que vem por configurá-lo como um impulsionador do crescimento econômico.**

Destaca-se que nem todas as pesquisas enquadradas neste estudo na PE, efetivamente adotam e trabalham, na investigação, com esta afiliação teórica, diferentemente da PC onde se verifica menor dispersão conceitual; entretanto, percebe-se que aqueles pesquisadores que se afiliam a esse referencial encontram-se em aderência com a noção de conhecimento informado na PE encontrado na literatura internacional, conforme apresentado na seção 2.

Quanto aos focos (objetivos) e conseqüentes indagações suscitadas nas produções científicas analisadas, verifica-se que estes são bastante diversificados; porém, na PC, é dada ênfase à relação existente entre a Contabilidade e o CI, no tocante à mensuração, avaliação,

tratamento contábil e divulgação nas demonstrações contábeis, bem como à relação entre intangibilidade e criação de valor e o contraste entre o valor contábil e de mercado das empresas; na PE é evidente sua caracterização como fonte de vantagem competitiva sustentável, por meio do processo adequado da gestão do conhecimento e o destaque das contribuições econômicas dos investimentos nestes elementos, conforme o Quadro 2.

Focos/Indagações	Publicações
PERSPECTIVA CONTÁBIL	
Mensuração (avaliação)	Almeida e Hajj (1997); Antunes e Martins (2002); Oliveira e Beuren (2003); Colauto e Beuren (2005); Reis (2005); Colauto, Beuren e Medina (2005); Antunes (2006); Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006); Barros (2007).
Tratamento contábil	Oliveira e Beuren (2003); Santos e Schmidt (2004); Reis (2005); Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006); Ferreira, Sarmento e Fijalkowska (2007).
Diferença entre o valor contábil e o de mercado (<i>market-to-book</i>)	Oliveira e Beuren (2003); Santos e Schmidt (2004); Perez e Famá (2006); Ferreira, Sarmento e Fijalkowska (2007); Barros (2007).
Evidenciação	Antunes e Martins (2002); Oliveira e Beuren (2003); Reis (2005).
PERSPECTIVA ECONÔMICA	
Contribuições econômicas dos investimentos em CI (impacto no desempenho empresarial)	Joia (2001); Sellitto e Ribeiro (2004); Moura <i>et al.</i> (2005); Antunes (2005); Kayo, Kimura e Basso (2005); Matheus, Nagano e Merlo (2005); Calvo (2006); Antunes (2006); Perez e Famá (2006); DaSilva, Gomes e Bilich (2006); Antunes e Martins (2007a); Antunes e Martins (2007b); Patrocínio, Kayo e Kimura (2007).
Vantagem competitiva sustentável	Gonçalves Filho e Gonçalves (2001); Kayo <i>et al.</i> (2006a); Kayo <i>et al.</i> (2006b).
Conhecimento com agregação de valor (gestão do conhecimento)	Hernandes, Cruz e Falcão (2000); Gonçalves Filho e Gonçalves (2001); Barbosa e Gomes (2002); Oliveira e Forte (2004); Saviotti (2004); Pollero, Yu e Quelopana (2005); Sabbadini e Ferreira Filho (2006); Furlanetto e Oliveira (2006); Orsi (2006); Colauto e Beuren (2006); Balestrin e Verschoore (2007); Galas, Barros e Ipiranga (2007).

Quadro 2 – Principais focos/questionamentos identificados nos artigos sobre CI

Quanto à evolução do tema, na PC observou-se que a preocupação com o CI não é recente, mas o debate sobre como efetuar o registro contábil de AIs vem ganhando impulso nos últimos anos, concentrando-se externamente na questão de como gerar um relatório sobre os intangíveis e internamente em modelos que contemplem sua gestão por meio da Contabilidade Gerencial, apesar de não se ter, até o momento, nada de concreto. Vale destacar que esta preocupação parece permear todos os pesquisadores vinculados a PC do CI. Na PE, observou-se que o CI está a exigir nova abordagem de controle gerencial, pautada especialmente por indicadores e índices não financeiros, com o intuito de avaliar as contribuições econômicas dos investimentos em CI; mas apesar de vários modelos terem sido desenvolvidos, ainda há problemas a resolver. Observe-se, entretanto, que este caminhar encontra-se em desalinhamento com o que tem sido apresentado na literatura (seção 2), uma vez que esta está direcionando esforços no sentido de explorar os benefícios da cooperação dos processos e as rotinas das empresas que passam a gerar “bens públicos”.

Destaca-se que entre os resultados dos estudos da PC, em linhas gerais, fica evidente que as empresas ainda não possuem nenhum critério sistematizado para mensurar, registrar e evidenciar seu CI, conforme as metodologias e modelos já desenvolvidos para essa finalidade; reiterando que a representação contábil do CI ainda se encontra muito longe de ser algo factível nas empresas, de um modo geral. Quanto à PE, seus resultados contribuem, direta ou indiretamente, na sugestão de um conjunto de indicadores, especialmente não-financeiros, que facilitam a monitoração do CI nas empresas, segundo suas necessidades e particularidades.

Nos estudos analisados, diante do caráter multidisciplinar do tema, são várias as limitações encontradas, em ambas as perspectivas abordadas. Todavia, destaca-se a limitação apresentada em Perez e Famá (2006, p. 12): “a limitação inicial está na natureza e nas características dos ativos intangíveis, pois esses ativos possuem características tão peculiares, que muitas vezes dificultam sua identificação e uma avaliação objetiva” e “sabe-se, também, que o estudo dos ativos intangíveis possui um caráter multidisciplinar, envolvendo áreas como contabilidade, direito, *marketing* e planejamento estratégico, por exemplo, o que gera várias perspectivas possíveis de organização de uma pesquisa” (PEREZ; FAMÁ, 2006, p. 12).

Por fim, entre as novas tendências e recomendações identificadas nos estudos da PC, destaca-se a urgência do desenvolvimento de novos conceitos no tocante à mensuração do valor das empresas, fato que vem impactar diretamente o poder informativo dos relatórios contábeis, já que segundo Oliveira e Beuren (2003, p. 92), “são relativamente poucos os esforços de pesquisa que têm este tema sob uma perspectiva contábil empírica”. Na PE, destaca-se a iminência de uma nova filosofia de administração e de novas formas de avaliação do valor da empresa que contemplem os AIs, utilizando o conhecimento como recurso econômico e como produto ou serviço gerado, a fim de otimizar as suas aplicações e de beneficiarem-se das suas conseqüências, obtendo condições para que atuem de forma competitiva num mundo de constantes e rápidas alterações (ANTUNES, 2006).

Do exposto, convém destacar que esse estudo informado pela epistemologia, conforme mencionado por Souza (2005), possibilita o conhecimento das diversas maneiras de interpretar a realidade e das várias formas de construção do objeto científico, no caso, relacionado ao CI, sob a PC e a PE, até mesmo entre os diferentes contextos, como o aqui apresentado, o nacional, representado pelos artigos aqui analisados e o internacional, representado pelo conhecimento do CI sob a PC e a PE conforme a literatura revisada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa consistiu em realizar um estudo epistemológico da produção científica sobre as Perspectivas Contábil (PC) e Econômica (PE) do Capital Intelectual (CI) – desde o aparecimento do tema em 1994 – a partir de um estudo bibliométrico e de um mapeamento dos artigos publicados nos periódicos nacionais, classificados pelo *Qualis*/CAPES. Assim, a consecução do objetivo partiu da análise dos 54 artigos sobre CI identificados, sendo 16 da PC e 38 da PE, em bases de autenticidade indiscutível, segundo o critério estabelecido, tornando os dados coletados uma consistente fonte para fins da análise proposta.

A leitura que os autores fazem das informações geradas se referem aos resultados advindos do estudo bibliométrico (dados demográficos) e do mapeamento e são aqui apresentadas em termos da interpretação dos autores à luz do referencial teórico deste artigo – a epistemologia e o olhar da PC e PE sobre o CI. Justifica-se essa postura, uma vez que as considerações pontuais, a respeito de cada item investigado, foram apresentadas na seção 5 – Resultados e Discussão.

Quanto aos dados demográficos do estudo bibliométrico chamou a atenção dos autores, de forma positiva, pois confirmou a expectativa dos mesmos, o fato de os estudos teóricos ter superado, em quantidade, os estudos práticos, na PC, e serem equivalentes na PE: o referencial teórico sinalizou a existência de diferentes visões e interpretações de CI; neste sentido esperava-se encontrar um maior número de artigos devotados a reflexões teóricas, o que ocorreu. Quanto ao mapeamento do conteúdo dos artigos, chamou a atenção dos autores o fato de que o conhecimento sobre CI entre os pesquisadores brasileiros e os pesquisadores internacionais, na PC encontrar-se em estágio diferente e na PE encontrar-se alinhado; a afiliação teórica que informa os pesquisadores brasileiros apresenta uma menor dispersão conceitual na PC do que na PE.

Do exposto, ressalta-se que na análise das semelhanças e diferenças das características metodológicas e de enfoque das produções científicas enquadradas nas PC e PE, identificou-se que elas apresentam peculiaridades marcantes, tanto no exame bibliométrico como no mapeamento, ratificando a relevância deste estudo que observa a natureza multidimensional do tema. Entretanto, torna-se importante evidenciar, que por se tratar de um *survey*, principal limitação da pesquisa, sugere-se para futuros estudos: (i) ampliar a amostra incluindo a análise de teses e dissertações; (ii) verificar possíveis similaridades ou divergências das características das publicações sobre CI em periódicos nacionais de Economia, classificados pelo *Qualis/CAPES*.

Apesar das limitações, acredita-se que a análise epistemológica realizada em publicações nacionais sobre as PC e PE do CI promoveu uma discussão introdutória sobre o assunto, e que seus achados apresentam contribuição acadêmica que poderá servir de referência não só para iniciantes, mas também para pesquisadores estabelecidos, que venham por se interessar pela pesquisa na área de CI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.G.M.; HAJJ, Z.S. Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill e do ativo intelectual. *Caderno de Estudos*, São Paulo, FIECAFI, v. 9, n. 16, p. 66-83, jul./dez. 1997.
- ANTUNES, M.T.P. O capital intelectual segundo o entendimento de gestores de empresas brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, FECAP, São Paulo, ano 7. n. 19, p. 9-20, set./dez. 2005.
- _____. A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo: FEA/USP, n. 41, p. 21-37, maio/ago. 2006.
- ANTUNES, M.T.P.; MARTINS, E. Capital intelectual: verdades e mitos. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo: FEA/USP, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.
- ANTUNES, M.T.P.; MARTINS, E. Capital intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 5-21, jan./abr. 2007a.
- ANTUNES, M.T.P.; MARTINS, E. Gerenciando o capital intelectual: uma abordagem empírica baseada na controladoria de grandes empresas brasileiras. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 55, v. 13, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2007b.
- AUGIER, M.; TEECE, D.J. An economics perspective on intellectual capital. In: MARR, B. *Perspectives on intellectual capital: multidisciplinary insights into management, measurement, and reporting*. Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005. p. 3-27.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J.R. Relações interorganizacionais e complementaridade de conhecimentos: proposição de um esquema conceitual. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 8, n. 4, p. 153-177, set./dez. 2007.
- BARBOSA, J.G.P.; GOMES, J.S. Um estudo exploratório do controle gerencial de ativos e recursos intangíveis em empresas brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 29-48, maio/ago. 2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, L.P.S. A importância do capital intelectual nas organizações e os desafios da contabilidade para demonstrar a criação de valor de natureza intangível. *Revista Pensar Contábil*, CRC-RJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 14-19, abr./jun. 2007.
- CALVO, L.C. Midiendo el capital intelectual de las empresas: propuesta de dos proxies. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 297-310, set./dez. 2006.
- CASTRO, C.M. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

- CAVALCANTE, P.R.N.; CALDAS NETO, C.; ANDRADE, G.M. Capital intelectual e goodwill: ativos intangíveis de difícil mensuração. *Pensar Contábil*, CRC-RJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, p. 20-25, jul./set. 2006.
- COLAUTO, R.D.; BEUREN, I.M. Avaliação do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 85-101, maio/ago. 2005.
- COLAUTO, R.D.; BEUREN, I.M. Proposta para avaliação da gestão do conhecimento em uma empresa comercial. *Universo Contábil*, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 67-77, maio/ago. 2006.
- COLAUTO, R.D.; BEUREN, I.M.; MEDINA, E.A.M. A tridimensionalidade da linguagem contábil na mensuração de ativos com ênfase na avaliação do capital intelectual. *Revista Produção Online*, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 1-26, set. 2005.
- DASILVA, R.; GOMES, L.F.A.M.; BILICH, F. Avaliação e otimização de capital intelectual. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 50, v. 12, n. 2, mar./abr. 2006.
- FERREIRA, L.; SARMENTO, M.; FIJALKOWSKA, J. Intangibles accounting: a comparative study between Portugal and Poland. *Revista ANGRAD*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 93-107, jan./mar. 2007.
- FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Objectives of financial reporting by business enterprises*. Statement of financial accounting concepts. n. 1, CT: FASB, 1978.
- FURLANETTO, A.; OLIVEIRA, M. Fatores estratégicos para implantação de projetos de gestão do conhecimento. *Revista Gestão & Produção*, v. 4, n. 4, p. 37-53, set./dez. 2006.
- GALAS, E.S.; BARROS, F.S.O.; IPIRANGA, A.S.R. Gestão do conhecimento em uma instituição pública de pesquisa: um estudo no centro de informações tecnológicas e comerciais para fruticultura tropical. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 55, v. 13, n. 1, jan./abr. 2007.
- GOLDONI, V.; OLIVEIRA, M. Indicadores para a gestão do conhecimento na visão de especialistas. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 57, v. 13, n. 3, set./dez. 2007.
- GONÇALVES FILHO, C.; GONÇALVES, C.A. Gerência do conhecimento – desafios e oportunidades para as organizações. *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo: FEA/USP, v. 8, n. 1, jan./mar. 2001.
- HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HERNANDES, C.A.M.; CRUZ, C.S.; FALCÃO, S.D. Combinando o Balanced Scorecard com a gestão do conhecimento. *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo: FEA/USP, v. 1, n. 12, abr./jun. 2000.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). *Framework for the preparation and presentation of financial statement*. London: IASB, 1989.
- JAPIASSU, H.F. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.
- JOIA, L.A. Medindo o capital intelectual. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 54-63, abr./jun. 2001.
- KAUFMANN, L.; SCHNEIDER, Y. Intangibles: a synthesis of current research. *Journal of Intellectual Capital*. Bradford, v. 5, n. 3, p. 366-388, 2004.
- KAYO, E.K.; KIMURA, H.; BASSO, L.F.C. Avaliação de ativos intangíveis e analytic hierarchy process: um ensaio sobre a hierarquização dos direcionadores não-financeiros de valor. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, Recife-PE, v. 3, n. 3, p. 230-241, set./dez. 2005.
- KAYO, E.K. *et al.* Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul./set. 2006a.

- KAYO, E.K. *et al.* Os fatores determinantes da intangibilidade. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 7, n. 3, p. 112-130, set./dez. 2006b.
- MACIAS-CHAPULA, C.A. O papel da informetria e da cienciométrica e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.
- MARR, B. *Perspectives on intellectual capital: multidisciplinary insights into management, measurement, and reporting*. Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- MARTINS, G.A. *Epistemologia da pesquisa em administração*. 1994. 110 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____. *Epistemologia da pesquisa em administração*. 1996. In: ASSEMBLÉIA ANUAL CLADEA, 31., 1996, Santiago, Chile. *Anais...* Santiago: 1996.
- MATHEUS, L.F.; NAGANO, M.S.; MERLO, E.M. Análise da identificação e da gestão do capital intelectual nas usinas sucroalcooleiras. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 46, v. 11, n. 4, jul./ago. 2005.
- MOURA *et al.* O valor do intangível em instituições de ensino superior: um enfoque no capital humano. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, FECAP, São Paulo, ano 7, n. 18, p. 60-71, ago. 2005.
- NELSON, R.; WINTER, S. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- OLIVEIRA, J.M.; BEUREN, I.M. Tratamento contábil do capital intelectual em empresas com valor de mercado superior ao valor contábil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo: FEA/USP, n. 32, p. 81-98, maio/ago. 2003.
- OLIVEIRA, M.M.A.; FORTE, S.H.A.C. Gestão estratégica do conhecimento: um estudo da gestão do conhecimento e estratégia empresarial nas maiores empresas do Estado do Ceará. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 38, v. 10, n. 2, mar./abr. 2004.
- ORSI, A. Gestão do conhecimento em fusões e aquisições: fatores críticos. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, FECAP, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 46-56, set./dez. 2006.
- PATROCÍNIO, M.R.; KAYO, E.K.; KIMURA, H. Aquisição de empresas, intangibilidade e criação de valor: um estudo de evento. *Revista de Administração*, São Paulo: FEA/USP, v. 42, n. 2, p. 205-215, abr./jun. 2007.
- PEREZ, M.M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo: FEA/USP, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.
- POLLERO, A.C.; YU, A.S.O.; QUELOPANA, E.M. O relacionamento entre conhecimento e qualidade nas decisões. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 44, v. 11, n. 2, mar./abr. 2005.
- REIS, L.G. As dificuldades de mensuração e conseqüente divulgação nas demonstrações contábeis do capital intelectual: uma reflexão teórica. *Vista & Revista*, Minas Gerais, v. 16, n. 2, maio/ago. 2005.
- SÁ, A.L. Ativo intangível e garantia do capital. *Pensar Contábil*, CRC-RJ, Rio de Janeiro, ano. 6, n. 19, p. 31-33, fev./abr. 2003.
- SABBADINI, F.S.; FERREIRA FILHO, E.P. Teoria da criação do conhecimento organizacional aplicada a uma indústria de bebidas. *Revista Eletrônica de Administração*, ed. 8, v. 7, n. 1, jan./jun. 2006.
- SANTOS, A. Desmistificando o capital intelectual na contabilidade. *Pensar Contábil*, CRC-RJ, Rio de Janeiro, n. 5, ago./out. 1999.
- SANTOS, J.L.; SCHMIDT, P. Análise e evidência contábil da propriedade intelectual. *Vista & Revista*, Minas Gerais, v. 15, n. 1, jan./abr. 2004.
- SAVIOTTI, P.P. The knowledge-base of the firm in biotechnology based sectors: properties and performance. *Revista Brasileira de Inovação*, ed. 5, v. 3, n. 1, p. 129-166, 2004.

- SELLITTO, M.A.; RIBEIRO, J.L.D. Construção de indicadores para avaliação de conceitos intangíveis em sistemas produtivos. *Revista Gestão & Produção*, v. 11, n. 1, p. 75-90, jan./abr. 2004.
- SOUZA, I.G.A. *Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil no programa do mestrado multiinstitucional em ciências contábeis*. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional, UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Recife, 2005.
- STEWART, T.A. *Intellectual capital: the new wealth of organizations*. New York: Currency Doubleday, 1997.
- STOLOWY, H.; JENY-CAZAVAN, A. International accounting disharmony: the case of intangibles. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 14, n. 5, p. 477-496, 2001.
- SVEIBY, K.E. *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- TEECE, D. Profiting from technological innovation. *Research Policy*, v. 15, n. 6, p. 285-305, 1986.
- VON KROGH, G.; ROOS, J. *Organisation epistemology*. London: Macmillan Press, 1995.